



APRESENTAÇÃO

Maria Sirlene Pereira Schlickmann

Ana Caroline de Almeida

Gabriela Medeiros Nogueira

2

A História da Alfabetização no Brasil demonstra algumas rupturas entre os métodos e/ou concepções utilizados, geralmente atrelados a trocas de governo. Lembramos aqui da Conferência intitulada “História dos Métodos de Alfabetização no Brasil”, proferida pela professora Maria Rosário Longo Mortatti, durante o seminário, “Alfabetização e letramento em debate”. Tomando como referência o Estado de São Paulo, ela identifica pelo menos quatro momentos de ruptura a partir “[...] da disputa em torno de certas tematizações, normatizações e concretizações relacionadas com o ensino da leitura e escrita e consideradas novas e melhores, em relação ao que, em cada momento, era considerado antigo e tradicional nesse ensino” (Mortatti, 2006, p. 4).

Quase vinte anos após essa fala de Mortatti, percebemos impasses em relação à alfabetização no Brasil, sem, contudo, conseguir atingir índices desejáveis de pessoas alfabetizadas. Desse modo, seguimos buscando explicações que nos ajudem a entender e, quiçá, minimizar o problema, no entanto este ainda é visto como sendo “[...] ora do método de ensino, ora do aluno, ora do professor, ora do sistema escolar, ora das condições sociais, ora de políticas públicas; a recorrência dessas dificuldades de a escola dar conta de sua tarefa histórica fundamental não é, porém, exclusiva de nossa época” (Mortatti, 2006, p. 3).

Nesse contexto de rupturas e disputas, surge, em meados dos anos de 1980, no Brasil, o termo “letramento”. Magda Soares é uma das autoras que discute, amplamente, sua chegada ao meio acadêmico, indicando o termo como um neologismo, devido à necessidade de marcar, teoricamente, o que é a aprendizagem do sistema de escrita alfabética — alfabetização — e o que é o contexto, prática social envolvendo a língua escrita. Contudo, conforme salienta Marinho (2010, p. 19),

[...] podemos dizer que o conceito de letramento no Brasil, além de gerar controvérsias, encontra-se em construção, principalmente porque recobre tanto fenômenos antigos quanto fenômenos novos, resultantes de mudanças na sociedade brasileira, nos modos como nos relacionamos com a cultura escrita, principalmente em tempos de novas tecnologias da escrita e de crescentes pressões por inclusão vindas de movimentos sociais.

Assim, com o intuito de contribuir com as discussões no campo da alfabetização e do letramento no Brasil, organizamos este dossiê, o qual reúne um conjunto de textos que



demonstram uma diversidade de perspectivas teóricas, focos e problemáticas em torno do campo. São pesquisas, predominantemente, qualitativas, tanto bibliográficas quanto oriundas de entrevistas e observações participantes. Considerando, então, essa heterogeneidade de discussões, apresentamos, na sequência, 14 artigos e uma entrevista que compõem o ***Dossiê Alfabetização e Letramento: questões múltiplas e contemporâneas***.

O **primeiro** artigo — ***60 anos de Angicos (RN) e o legado de Paulo Freire: alfabetização pelo diálogo, letramento para a paz*** —, de Ana Cecília Cavalcante Freitas e Adriana Eufrásio Braga, visa estabelecer parâmetros relacionados ao Método Paulo Freire, de abordagem dialógica e cunho político, com foco nos ideais de democracia, direitos humanos e justiça social, assim como de Educação para a Paz, evidenciando o legado freireano para a construção da Cultura de Paz. O artigo indica que a Experiência de Angicos, que em 2023 completa seus 60 anos, continua atual e sua revisitação faz-se necessária, neste momento em que o transcurso dos processos de alfabetização do país é o cerne de um debate acirrado, acerca de uma Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019) que se mostra reducionista e antidemocrática.

O **segundo** artigo, intitulado ***Letramento e leitura de mundo: considerações de Paulo Freire sobre a alfabetização de autoria***, de Rayane Regina Scheidt Gasparelo e Marta Rosani Taras Vaz, evidencia a importância da alfabetização, apontando que deve acontecer como um processo inseparável da construção social das práticas de leitura e de escrita. O artigo objetiva responder: Quais as principais considerações de Paulo Freire sobre a alfabetização e qual a relação entre letramento e leitura de mundo? As autoras apresentam as principais ideias de alfabetização emancipadora na perspectiva freireana. Trata-se de um estudo teórico e documental, que leva em conta os escritos de Paulo Freire e os estudiosos do seu pensamento sobre a alfabetização, assim como os documentos disponíveis no acervo Paulo Freire, do Instituto e do Memorial Paulo Freire. A pesquisa conclui que a pedagogia de Paulo Freire nos permite compreender que linguagem e realidade se atravessam dinamicamente. A leitura e a escrita de textos, palavras, letras não pode significar uma ruptura com a “leitura” de mundo.

O **terceiro** artigo, cujo título é ***Método de alfabetização em Paulo Freire no estágio de educação de jovens, adultos e idosos: uma experiência no curso de pedagogia da UFRB***, escrito por Gilsélia Macedo Cardoso Freitas, Maria Eurácia Barreto de Andrade e Severino Bezerra da Silva, objetiva refletir sobre o processo de alfabetização baseado na perspectiva epistemológica de Paulo Freire e seu método político-emancipatório. Ademais, busca contextualizar o “método” Paulo Freire conforme a proposta realizada com os estudantes em formação e seus familiares não alfabetizados ou pouco escolarizados, vivenciada como releitura das quarenta horas em Angicos. O aporte teórico utilizado baseia-se, sobretudo, nas contribuições de Paulo Freire, Brandão, Lyra, entre outros. No âmbito metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo participante, com produção de dados por meio de observação, registro em diário de campo e análise de documentos (relatórios). Os resultados apontam para a riqueza alfabetizadora do “método” Paulo Freire e para o modo como este se revela atual, constituindo a base para alfabetizar sujeitos da classe trabalhadora. Além disso, os dados mostram a importância do legado de Paulo Freire e a necessidade da sua constante reinvenção, conforme apontou o próprio autor.

O **quarto** artigo, que tem como título ***O desenvolvimento da escrita na criança: das “cavernas” à instituição escolar***, de Marisângela Nandi Veronez, Aline Madalena Martins e Maria Sirlene Pereira Schlickmann, objetiva refletir acerca de aspectos do desenvolvimento da linguagem escrita, como um



instrumento cultural produzido pela humanidade, e seu processo de apropriação pela criança. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem como abordagem o materialismo histórico-dialético, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural. Sustentam a pesquisa estudos de Vigotski, Luria, Leontiev e Fisher. Os resultados apontam que, ao longo da história, o acesso à escrita foi privilégio de uma minoria e que o ensino, ainda, configura-se, no espaço escolar, predominantemente na lógica tradicional, caracterizando-se como instrumento de dominação e alienação. Conclui-se que o acesso à cultura escrita de forma autônoma é um dos requisitos básicos para que os sujeitos se humanizem, saiam da “caverna” e conquistem a pertença social efetiva. Para tanto, faz-se mister que os professores conheçam como as crianças aprendem, alicerçados numa perspectiva teórica respaldada pela teoria histórico-cultural, que promova o desenvolvimento da autonomia e das máximas potencialidades humanas.

O **quinto** artigo, que tem como título ***O processo de alfabetização: a enunciação e o entrelugar da escrita***, de Silvana Maria Bellé Zasso e Valdor do Nascimento Flores, busca revisitar a pesquisa de Zasso (2008), que estudou a escrita no contexto da alfabetização escolar, na perspectiva enunciativa, do linguista Émile Benveniste (1988; 1989), e na perspectiva da sociologia da cultura, de Bhabha (1998). O propósito é mostrar que o mecanismo de produção de referências pessoais, no ato de escrever, é marcado pela singularidade de quem escreve. A coleta de dados aconteceu em oficinas de escrita com um grupo de crianças em processo de alfabetização de uma escola pública. A pesquisa permite afirmar que o ato de escrever é sempre conflituoso, devido à presença de reflexões, dúvidas, acertos, erros, entre outros, sobre a escrita, assim como em razão de o sujeito que escreve constituir-se em um espaço intervalar, não-coincidente, do enunciado com a enunciação.

O **sexto** artigo ***Escrita colaborativa, interação e mediação pedagógica na alfabetização***, de autoria de Valéria Barbosa Machado, parte da hipótese de que o ato de escrever e pensar sobre a natureza do sistema de escrita faz com que a criança (re)elabore suas hipóteses sobre seu funcionamento. Neste artigo, é feita a descrição e a análise das interações e mediações pedagógicas estabelecidas com crianças de 6 anos de uma escola pública, a partir da abordagem inspirada no “Programa de Escrita Inventada” (Alves Martins), que consiste em trabalhar com a escrita de palavras, em pequenos grupos, tendo como referência as interações adulto-criança e criança-criança, enfatizando estratégias de assistência pedagógica com foco na autodescoberta e estratégias de *scaffolding*. Os resultados revelam que expor as crianças a situações desafiadoras, nas quais elas precisam argumentar e se envolver na construção de uma solução coletiva, favorece o desenvolvimento da consciência fonêmica e a compreensão da estrutura silábica CCV (consoante – consoante – vogal), evidenciando estratégias de mediação que podem ser usadas pelas professoras alfabetizadoras em sala de aula.

O **sétimo** artigo, nomeado ***Alfabetização em uma turma multisseriada de uma escola do campo***, de Juliane de Oliveira Alves Silveira, Carmen Regina Gonçalves Ferreira e Gabriela Medeiros Nogueira, apresenta resultados de uma pesquisa realizada em uma turma multisseriada de uma escola do campo do Rio Grande do Sul. O estudo tem como foco a organização do trabalho pedagógico de uma professora. A ênfase da discussão é sobre como a docente, por meio de uma estrutura de planejamento, desenvolve atividades considerando a heterogeneidade como fator que contribui para os processos de ensino e de aprendizagem. A produção dos dados ocorreu por meio de observações participantes, gravações de vídeo e



áudios transcritos e tratados tendo como respaldo a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Os resultados evidenciam uma estrutura permanente de encadeamento das atividades pedagógicas, por meio da organização dos alunos coletiva e individualmente, a fim de assegurar o aprendizado da leitura e da escrita de forma inclusiva. Os dados suscitam reflexões sobre a relevância de propostas pedagógicas sistemáticas como uma possibilidade de estruturar o processo de alfabetização, respeitando a heterogeneidade das aprendizagens.

5

O **oitavo** artigo, que tem como título **O processo de alfabetização no 3º ano do ensino fundamental: uma análise sobre os desafios da família e estratégias pedagógicas pós-pandemia**, de Nathali Gabrielly Wermuth Artecóff e Susana Scheid Scherer, desenvolve uma análise sobre os desafios enfrentados pela família e as estratégias pedagógicas utilizadas no processo de alfabetização pós-pandemia. A pesquisa se dá no 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública de ensino de Cascavel-PR. O trabalho desdobra-se em três pontos: no primeiro, é apresentado o cenário pandêmico e pós-pandêmico; no segundo e terceiro pontos, analisam-se, a partir de dados levantados por meio da aplicação de questionários com as famílias dos alunos, a percepção da família no que se refere à alfabetização, os desafios enfrentados durante a pandemia e as estratégias pedagógicas pós-pandemia. Reflete-se sobre a importância da mediação do professor e da escola como instituição de ensino no processo de ensino e de aprendizagem, especialmente do aluno em fase de alfabetização.

O **nono** artigo — **Alfabetização e letramento: representações de professoras do semiárido baiano Pós-Pnaic** —, de autoria de Maéve Melo dos Santos e Cosme Batista dos Santos, visa descrever as novas ancoragens discursivas e as transformações dos conceitos de alfabetização e letramento nas narrativas de um grupo de alfabetizadoras formadas pelo Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Na última década, ou seja, entre 2012 e 2022, as alfabetizadoras do Semiárido baiano participaram do Programa Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no qual acessaram os fundamentos teórico-práticos da alfabetização e do letramento. Ao longo desse período, pouco se sabe sobre as imagens que ficaram desses fundamentos nas narrativas de docentes acerca de suas práticas em sala de aula. Esse estudo, portanto, com base nos estudos da intertextualidade, referenciados pela Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) (Fairclough, 2001) e com base na Teoria das Representações Sociais (Jodelet, 2001; Abric, 2016), discute as mudanças de posicionamento e de conhecimento acerca da alfabetização e do letramento, assim como destaca a relevância desse tipo de estudo para o acompanhamento dos futuros projetos de formação continuada no Brasil.

O **décimo** artigo, cujo título é **Os usos da língua escrita na escola: reflexões sobre o “savoir-faire” de uma docente alfabetizadora**, de Sirlene Barbosa de Souza e Andréa Tereza Brito Ferreira, investiga as práticas de ensino da leitura e da escrita de uma professora alfabetizadora que lecionava em uma turma do segundo ano de uma escola pública. Seu objetivo é analisar como as crianças se relacionavam com o uso social da língua escrita em contextos extraescolares. Numa abordagem qualitativa, fazendo uso dos procedimentos e instrumentos da pesquisa etnográfica, foram realizadas observações das práticas pedagógicas e entrevistas semiestruturadas com a docente, as quais foram baseadas nas entrevistas de



autoconfrontação simples, de Goigoux (2007). Os resultados mostram que a docente recorria a vários caminhos metodológicos em busca de formar leitores e escritores proficientes e que as atividades propostas ora se afastavam mais, ora menos, dos usos que os indivíduos fazem da língua escrita em situações do cotidiano, para além dos muros da escola.

O **décimo primeiro** artigo, que tem como título ***A Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização***, de Ana Kátia da Costa Silva e Solange Alves de Oliveira-Mendes, analisa as três edições da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2015; 2016; 2017), a Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019) e a (des)articulação das políticas contemporâneas nessa área, em nosso país. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (Gil, 2008; Minayo, 2001), que teve como técnicas de investigação a análise documental e entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2021, com três professoras alfabetizadoras, atuantes nos três anos do Bloco Inicial de Alfabetização da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Para o tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo temática (Bardin, 1977; Franco, 2018). Os resultados apontam para uma ruptura da perspectiva de alfabetizar letrando, conjugada a uma redução do tempo para a consolidação da leitura e da escrita no ciclo. Por outro lado, apreende-se uma defesa ao método fônico de alfabetização.

O **décimo segundo** artigo — ***Alfabetização no cenário brasileiro: (re)configurações*** —, de Izabel Cristina Costa de Faria e Amélia Escotto do Amaral Ribeiro, discute a alfabetização no cenário educacional brasileiro enquanto um campo de contradições e reconfigurações. O estudo elege como marco temporal a década de 1980, por representar um momento de grande ebulição social, acadêmica e política no país, que possibilitou a gestão de diferentes políticas públicas de alfabetização (Soares, 2003; Mortatti, 2000; Smolka, 2018; Kleiman, 1998). A proposição desse artigo se justifica pela necessidade de problematizar como esses discursos e práticas refletem contradições e reconfigurações no campo da alfabetização, assim como discutir os diferentes modos com que os atores que dele participam se reconhecem (ou não) nesse processo. Inspira-se nos princípios da pesquisa documental (Ludke; André, 2020), elegendo como categorias: fundamentos teóricos em alfabetização e indicações das políticas públicas de alfabetização.

O **décimo terceiro** artigo — ***‘Como se faz agora para alfabetizar?’: desafios e diretrizes à formação continuada de alfabetizadores/as*** —, de Rosângela Pedralli, Cíntia Franz e Marcia Nagel Cristofolini, fundamentado no materialismo histórico e dialético, deriva da seguinte questão-problema: Que aspectos teórico-conceituais e didático-metodológicos devem ser priorizados nas ações de formação continuada de alfabetizadores/as? Tomando como ponto de partida a experiência das pesquisadoras à frente de projetos de formação de professores/as em redes públicas de ensino, o estudo tem por objetivo produzir uma contribuição que enfrente criticamente os marcos legais contemporâneos para a alfabetização a partir do desvelamento de suas principais contradições. O ponto de chegada, que é também o objetivo adicional e o resultado pretendido, é a apresentação didática, mediante a indicação de estudos para o aprofundamento de diretrizes relacionadas à formação continuada de alfabetizadores/as, apostando na autonomia e contrapondo-se à alienação.

O **décimo quarto** artigo, denominado ***Estudos linguísticos e desenvolvimento da consciência fonológica: contribuições para a prática de professores alfabetizadores***, de Leaci Vieira



Onofre e Rita Cristina Lima Lages, apresenta resultados de uma pesquisa teórica sobre a interferência dos conhecimentos linguísticos, mais especificamente daqueles sobre consciência fonológica, nas práticas de professoras alfabetizadoras. A análise se orienta, principalmente, nos aportes teórico-epistemológicos dos campos da alfabetização e do letramento, a saber: conhecimentos linguísticos das relações grafema e fonema (Cagliari, 1993); fonética e fonologia na formação do professor alfabetizador (Soares, 2020a, 2020b, 2020c); e mediação e intervenção do professor (Adams, 2006). A metodologia se trata de uma revisão bibliográfica que buscou destacar, além dos principais teóricos do campo, pesquisas de mestrado e doutorado, entre outras, que se dedicaram à temática. Os resultados destacam a importância e interferência positiva dos conhecimentos linguísticos (fonética, fonologia) da professora alfabetizadora em suas práticas de ensino.

E, fechando o Dossiê, apresentamos uma entrevista com a professora e pesquisadora Dra. Cecília Maria Aldigueri Goulart (UFF), referência na área de estudos da Linguagem, Letramento e Alfabetização, no Brasil e na América Latina, com a temática **Alfabetização e Letramento: questões em debate**, realizada por Andrea Berenblum e Eliane Fazolo. O objetivo é abordar questões centrais presentes nos debates atuais sobre Alfabetização e Letramento, principalmente vinculadas a/à: Políticas Públicas de Alfabetização no Brasil nas últimas décadas; políticas de formação de professores/as alfabetizadores/as; relevância e atualidade do conceito de letramento no campo acadêmico; metodologias de alfabetização e seus fundamentos; processos de desenvolvimento da linguagem e do conhecimento; alfabetização escolar; pesquisas acadêmicas nesse campo do saber, entre outros temas fundamentais sobre alfabetização no Brasil na contemporaneidade, abordando as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de alfabetização e letramento.

Por fim, desejamos que o conjunto de textos que compõe este Dossiê possa suscitar muitas reflexões e outras pesquisas, fazendo com que os conhecimentos do campo da alfabetização e letramento possam avançar a partir de diferentes olhares e diálogos teóricos; e, nessa tessitura, esperamos construir práticas pedagógicas comprometidas com a formação de sujeitos críticos, criativos e autônomos, para que possam, além de fazer o uso efetivo da língua escrita, constituírem-se autores da própria história e leitores do mundo, como tanto desejava Paulo Freire. Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

REFERÊNCIAS

MARINHO, Marildes. Pequenas histórias sobre este livro e sobre o termo letramento. *In*: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. Seminário Alfabetização e letramento em debate. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: março 2024.